

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.470 - RJ
(2019/0030154-7)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ERICK RIBEIRO MAUES PAIXAO E OUTRO(S) - RJ101547
AGRAVADO : ANDREA RODRIGUES PIRES
AGRAVADO : HELENA MARIA SOUTO SANT ANA
AGRAVADO : HUMBERTO DA SILVA VANDERMUREM
ADVOGADOS : WANESSA PRIMO PONTES - RJ165454
RUDI MEIRA CASSEL E OUTRO(S) - RJ170271

DECISÃO

A hipótese é de agravo interno interposto pelo **Estado do Rio de Janeiro** contra decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, porquanto *a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária acerca da aplicação do princípio da causalidade no caso, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ (fls. 804/807).*

Inconformado, o ente estatal afirma que *não há que se falar em incidência da Súmula 7 STJ, eis que não se discute aqui o quantum sucumbencial, mas apenas se cabe ou não condenação em verba sucumbencial àquele que saiu vencido em demanda judicial (o an debeatur) (fl. 814).*

Reitera as razões anteriormente deduzidas no recurso especial, defendendo que *a derrota em litígio judicial decorre apenas da inexistência de conformação do pleito deduzido em juízo com o que dispõe o ordenamento jurídico, e a verba sucumbencial é mero consectário de tal resultado, que visa remunerar o trabalho dos patronos da parte que se sagrou vencedora (fl. 814).*

Cita julgados em amparo à sua tese.

Requer a reconsideração do *decisum*, ou a submissão do feito ao julgamento colegiado.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Em face das razões lançadas às fls. 812/815, reconsidero a decisão de fls. 804/807, e passo a novo exame do feito.

Trata-se de agravo manejado pelo **Estado do Rio de Janeiro** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 669):

Funcionários Públicos. Pretensão deduzida por serventuários da justiça visando o recebimento imediato da diferença de reajuste remuneratório estabelecido pela Lei nº 1.206/87, por haver sido concedido o percentual de 24% (vinte e quatro por cento) de uma só vez aos seus pares através de decisão judicial. Pleito fundamentado no fato de que o pagamento parcelado implicaria em violação ao princípio constitucional da isonomia. Devolução dos autos a esta Câmara Cível para seu reexame e eventual retratação, em razão de aparente divergência com o RE 592.317/RJ, conforme previsão constante do artigo 1.030, inciso II do Código de Processo Civil. Impossibilidade de o Poder Judiciário, por isonomia, alterar a remuneração dos funcionários públicos. Súmula Vinculante 37 do STF. Hipótese concreta julgada pela Corte Constitucional, pelo rito da repercussão geral, que considerou indevida a extensão, por via judicial, do reajuste concedido pela Lei Fluminense 1.206/1987. Ressalva do entendimento pessoal do relator, com base na Súmula 300 deste TJ-RJ e dos votos vencidos no julgamento do STF, Recurso fazendário provido, para se julgar improcedentes os pedidos iniciais.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados, sob a seguinte ementa (fls. 701).

Embargos Declaratórios. Servidoras do Tribunal do Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Decisão acolhedora da pretensão ao recebimento imediato da diferença de reajuste remuneratório estabelecido pela Lei nº 1.206/87, por haver sido concedido o percentual de 24% (vinte e quatro por cento) de uma só vez aos seus pares através de decisão judicial que se viu modificada, em razão da hipótese concreta julgada pela Corte Constitucional, pelo rito da repercussão geral, que considerou indevida a extensão, por via judicial, do reajuste concedido pela Lei Fluminense 1.206/1987.

Decisão que deixou de inverter os ônus sucumbenciais, por ser aplicável o princípio da causalidade à hipótese dos autos. Possibilidade. Autores que não deram causa à instauração do processo. Os encargos processuais devem ser atribuídos à parte

que provocou o ajuizamento da ação. Princípio da causalidade. Desprovimento dos apelos. Decisão que se confirma.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 20, §§ 2º, 3º e 4º do CPC/73 e 85, § 10 do CPC/2015. Defende que, "*tendo os autores assumido os riscos inerentes à provocação da atividade jurisdicional, deverão arcar com os ônus sucumbenciais*" (fl. 719).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal de origem condenou o ESTADO DO RIO DE JANEIRO a arcar com o ônus da sucumbência, malgrado a improcedência do pedido autoral, nos seguintes termos (fls. 704/706):

Compulsando-se os presentes autos, verifica-se que a pretensão do ente público embargante consiste em ver modificada a decisão, para que seja fixada a verba honorária sucumbencial, decorrente da decisão colegiada que julgou totalmente improcedente a pretensão dos servidores.

Da dinâmica dos fatos, constata-se que a decisão de fls.272/279, julgou procedente o pedido autoral, condenando o ente estatal ao pagamento da verba honorária fixada em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação relativa às parcelas vencidas, diante da pouca complexidade da demanda. Tal decisão se viu ratificada pela decisão colegiada de fls. 333/336, que somente foi modificada por ocasião da devolução dos autos a este Órgão Julgador para reexame previsto no artigo 1.030, II do CPC, conforme se vê às fls.670/674, deixando de inverter os ônus sucumbenciais, por considerar aplicável à hipótese, o princípio da causalidade.

Sabe-se que o princípio da causalidade não se contrapõe ao princípio da sucumbência. Antes, é este um dos elementos norteadores daquele, pois, de ordinário, o sucumbente é considerado responsável pela instauração do processo e, assim, condenado nas despesas processuais. O princípio da sucumbência, contudo, cede lugar quando, embora vencedora, a parte deu causa à instauração da lide.

Com efeito, segundo o princípio da causalidade, consagrado tanto na doutrina quanto na jurisprudência, os encargos processuais devem ser atribuídos à parte que provocou o ajuizamento da ação.

Lembremos aqui os ensinamentos de Yussef Said Cahali:

"Rigorosamente, o sistema do Código - como, aliás, acontece nas legislações alienígenas - não comporta reduzir-se ou adaptar-se a um princípio único. A se pretender que o legislador adotou simplesmente o princípio da sucumbência, ou se teria de admitir existirem derrogações expressivas à sua regra fundamental, em desprestígio de sua pretensa condição de princípio, ou ficariam sem explicação plausível as diversas regras inseridas no sistema processual, sobre as quais o preceito da sucumbência não oferece nenhuma aplicação. E, sob esse aspecto, o princípio da causalidade, além de apresentar-se como melhor justificação e mais preciso na prática, é aquele que se caracteriza por uma generalidade menos vulnerável à crítica sob pretexto de insuficiência. Ademais, traz em seu contexto a regra da sucumbência, como especificação objetiva, completando-se, por outro lado, com as demais regras que não lhe são conflitantes, para a solução dos casos (Honorários Advocatícios, 3ª edição, Revista dos Tribunais, 1997, p. 1.320)."

Desse modo, a pretensão do ente embargante se revela ilegítima, considerando-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a sucumbência, regulada no artigo 85 do CPC, está contida no princípio da causalidade, segundo o qual, aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.

Ocorre que, ao assim decidir, a instância ordinária efetivamente afrontou o art. 85, caput, do CPC/2015, segundo o qual *"a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor"*.

Com efeito, diante do princípio da sucumbência, o vencido fica condenado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais devem ter como base de cálculo o valor da condenação ou do proveito econômico obtido e, na hipótese de não haver condenação ou não sendo possível mensurar o proveito econômico, no valor atualizado da causa (AgInt no REsp 1.658.473/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 29/08/2018).

Nesse mesmo sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECUSO ESPECIAL.
AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA AJUIZADA PELO
CAUSÍDICO OBJETIVANDO A SUCUMBÊNCIA. ACORDO
HOMOLOGADO ENTRE AS PARTES SEM A SUA**

PARTICIPAÇÃO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. Os ônus das verbas honorárias serão imputados à parte vencida ou a quem deu causa à instauração do processo, em observância aos princípios da sucumbência e causalidade.

3. A verificação do quantitativo sucumbencial na forma pretendida para parte recorrente, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos o que é inviável em sede de recurso especial.

4. Agravo Interno do particular a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 662.835/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/10/2017).

Destarte, uma vez que a parte recorrida restou vencida na presente demanda, deverá ela arcar com o ônus da sucumbência, a qual deverá, portanto, ser invertida, nos termos do citado art. 85, *caput*, do CPC/2015.

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para reformar parcialmente o acórdão recorrido e, nessa extensão, inverter o ônus da sucumbência, que deverá ser integralmente suportado pela parte autora, ora recorrida.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator